

**PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA NOS
INSTITUTOS FEDERAIS: UMA POLÍTICA PÚBLICA VISANDO MAIS SUCESSO
ESCOLAR NAS LICENCIATURAS**

***INSTITUTIONAL PROGRAM SCHOLARSHIPS OF TEACHING INITIATION AT THE
FEDERAL INSTITUTES: A PUBLIC POLICY LOOKING FOR MORE EDUCATIONAL
ACHIEVEMENT ON THE LICENTIATE DEGREES (TEACHER EDUCATION
PROGRAM)***

Elisabete Ferreira Borges¹; Eurípedes Ronaldo Ananias Ferreira²
e Humberto Marcondes Estevam³

RESUMO

O presente artigo analisa o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, enquanto política pública que favorece a formação inicial e continuada do professor fundamentada em um referencial teórico que dá suporte para a problematização da realidade relacionada à atividade docente. Para realizar o trabalho foram utilizadas, como metodologia, a pesquisa bibliográfica de documentos legais, artigos e livros que abordam a formação dos profissionais da educação e o PIBID como possibilidade de construção do sucesso escolar. Foram levantados dados que possibilitaram a análise das atividades que vão desde o cotidiano escolar até eventos de sucesso realizados no âmbito dos Institutos Federais de Minas Gerais vinculados ao PIBID. As considerações finais apontam o PIBID como uma alternativa que cria um movimento nas escolas que desacomoda práticas pedagógicas e imprime um ritmo mais dinâmico ao cotidiano escolar.

Palavras-chave: PIBID. Licenciatura. Sucesso Escolar. Política Pública.

ABSTRACT

This article analyses the Institutional Program of Teaching Initiation Scholarships, while a public policy that favours the initial and continuous formation of professors based in a theoretical referential that gives support to the problematic of the reality related to the teaching activity. For this work it was used, as methodology, the bibliographical research of legal documents, articles and books that handle the schooling of educational professionals and the PIBID as a possibility of the construction of scholar success. Data that allows the analysis of the activities from the scholar routine up to the success events achieved at the range of the Federal Institutes of Minas Gerais linked to PIBID was gathered. The final considerations point to the PIBID as an alternative that creates a movement at schools that disarrange pedagogic practices and imprint a more dynamic rhythm to the scholar environment.

Keywords: PIBID. Bachelor's Degree. Scholar Success. Public Policy.

¹ Instituto Federal do Triângulo Mineiro – IFTM. Email: elisabete@iftm.edu.br

² Instituto Federal do Triângulo Mineiro – IFTM. Email: ronaldo@iftm.edu.br

³ Instituto Federal do Triângulo Mineiro – IFTM. Email: humberto@iftm.edu.br

Nos últimos cinquenta anos, o debate educacional foi polarizado em diferentes temas, deixando o professor numa situação de quase total invisibilidade. Assim a década de 70 trouxe como foco a escola de tendência tecnicista objetivando adequar o sistema educacional nos moldes do sistema de produção capitalista e racional. Nos anos 80, as reformas dos sistemas escolares e, em particular, a ênfase na organização curricular ocupou o palco dos discursos na área educacional. A organização escolar, o seu funcionamento, a administração e a gestão marcaram o cenário dos anos 90. E mais recentemente, para responder aos desafios de um novo século que se inicia, o professor e sua formação voltam a ser o cerne das questões educacionais. Nóvoa (2009) cita o relatório da OCDE publicado em 2005 – “Teachers Matter” que ressalta “as questões relacionadas com a profissão docente como uma das grandes prioridades das políticas nacionais” (NÓVOA, 2009, p. 12).

Dois importantes eixos de reflexão e de intervenção devem nortear as discussões sobre a formação do professor na atualidade: a diversidade que implica na inclusão social e a integração escolar que coloca em cheque o modelo escolar único e unificado; e as novas tecnologias que pressupõem uma nova pedagogia.

Para Nóvoa (2009):

os professores reaparecem, neste início do século XXI, como elementos insubstituíveis não só na promoção das *aprendizagens*, mas também na construção de processos de inclusão que respondam aos desafios da *diversidade* e no desenvolvimento de métodos apropriados de utilização das *novas tecnologias* (NÓVOA, 2009, p.13).

O papel da escola na atualidade é discutido também por Sibilia (2013) que analisa a sua identidade e finalidades objetivando encontrar respostas para a crise que essa instituição vem atravessando nos dias atuais. Criada no século XVIII, a escola foi configurada para atender as características da sociedade industrial e deveria disciplinar os alunos para viverem confinados nos espaços fechados e cumprindo rígidos horários de funcionamento das fábricas. Como a época atual enfatiza a dispersão, o tempo presente, o consumo e os prazeres efêmeros, a escola padronizada, de modelo uniforme e único é questionada. Essa escola, configurada no decorrer dos séculos XVIII, XIX e XX, atende o contexto contemporâneo e suas tecnologias? O modelo de escola atual comporta muros ou apenas redes e/ou será de muros e de redes? Para quais identidades? Essa é a indagação crucial que Sibilia (2013)

apresenta para reflexão sobre a instituição escolar e as identidades que vão surgindo no contexto das novas tecnologias e organizações sociais, culturais e do trabalho. Na educação, em particular, as condições socioeconômicas são determinantes e, no contexto atual quando as desigualdades se acentuam, problemas tradicionais (formação e remuneração dos professores, instalações precárias, dentre outros), somam-se aos contemporâneos. Transformar escolas, de modo a “redefini-las como espaços de encontro e diálogo, de produção de pensamento e decantação de experiências capazes de insuflar consistência nas vidas que as habitam” é o que propõe Sibilía (SIBILIA, 2013, p. 211). Pares como confinamento/dispersão, conhecimento/transbordamento de informação, discussão/conexão caracterizam algumas zonas de conflito. Como o ambiente em que vivem os jovens é de hiperestimulação e a escola não consegue mudar isso, é sensata a reflexão sobre a necessidade de mudança na dinâmica escolar.

No Brasil, a década dos anos oitenta foi dinâmica e pode presenciar o desencadeamento de um processo de democratização da sociedade brasileira. Com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, as décadas finais do século XX foram palco de muitas conquistas que resultaram na ampliação dos direitos sociais, numa tentativa de resgatar a enorme dívida que o “País acumulou ao longo de sua história com setores que, por séculos estiveram alijados do gozo de direitos fundamentais” (OLIVEIRA, 2014).

No contexto do Programa de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, em 29 de dezembro de 2008, 31 centros federais de educação tecnológica (Cefets), 75 unidades descentralizadas de ensino (Uneds), 39 escolas agrotécnicas, 7 escolas técnicas federais e 8 escolas vinculadas a universidades deixaram de existir para formar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Pode-se considerar como marco inicial legal para a concretização da Reforma, o Decreto 6.095/07, que estabelecia a criação dos Institutos Federais e as normas para a transformação dos 33 CEFETs, 39 Escolas Agrotécnicas, 32 Escolas Vinculadas às Universidades Federais e a Escola Técnica Federal de Palmas em *campi* desses Institutos. No Decreto fica explícito o projeto de organização de uma rede federal com nova engenharia organizacional, que seria montada a partir da *agregação voluntária* das instituições já existentes, à nova instituição – os Institutos Federais. As instituições de educação profissional foram *convidadas*, pela Chamada Pública MEC/SETEC 002/07, a aderir à nova instituição, no prazo de 90 dias. Em julho de 2008, deu entrada no Congresso Nacional a Mensagem 513, assinada pelo presidente da república, encaminhando o Projeto de Lei 3.775, que daria uma

nova conformação à rede federal e criaria os Institutos Federais. O Projeto foi aprovado em dezembro de 2008, dando origem à Lei 11.892. O processo de implantação disposto em lei única incluiu os Institutos Federais entre as entidades constituintes do Sistema Federal de Educação, com prerrogativas equivalentes às das universidades, em termos de recursos humanos e materiais.

Os Institutos Federais são, entretanto, instituições que apresentam uma estrutura diferenciada uma vez que foram criadas pela agregação/transformação de antigas instituições profissionais. Segundo a legislação que os instituiu, os Institutos Federais devem constituir-se como centros de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular e qualificar-se como referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização aos docentes (Lei 11.892/08, art. 6º).

O texto legal também destaca que o Instituto Federal tem como proposta realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo, e promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais. Deve, ainda, orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, a partir de mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural, em cada Instituto Federal.

Os Institutos Federais sintetizam, hoje, a expressão maior da atual política pública de educação profissional brasileira, e estão produzindo mudanças significativas na vida e na história das instituições que optaram por aderir à proposta governamental.

Nesse contexto foram implantados, nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IF, os primeiros cursos de formação de professores para a educação básica. Instituições criadas recentemente inauguram suas atividades na área das licenciaturas para atender as determinações da Lei n. 11.892, de 29/12/2008, que estabelece, em seu artigo 7º, inciso VI, letra b dentre outros o seguinte objetivo: VI - ministrar em nível de educação superior: [...] b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional. Prossegue no artigo 8º: No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir [...] o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender ao previsto na alínea *b* do inciso VI do caput do art. 7º (BRASIL, 2008).

Realmente, o século XXI inicia-se apresentando novos desafios para o professor e a sua formação precisa responder a esses desafios. Faz-se necessário construir políticas que valorizam os professores e os seus saberes, a sua cultura e a sua atuação profissional. Nóvoa (2009) aponta três medidas que devem fundamentar as propostas de formação profissional do professor: essa formação deve ocorrer dentro da profissão, que precisa apresentar uma nova maneira de organização e, finalmente, é preciso reforçar a dimensão pessoal e a presença pública dos professores no contexto social. Nóvoa (2009) elenca, ainda, cinco disposições que caracterizam o bom professor e devem estar presentes no seu processo de formação. São elas: o conhecimento, a cultura profissional, o tato pedagógico, o trabalho em equipe e o compromisso social.

Como resposta a esse contexto desafiador e antes da criação dos Institutos, a Capes criou o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, como alternativa para dinamizar as licenciaturas. O PIBID é, portanto, um programa do governo de financiamento de bolsas de iniciação à docência para uma atuação nas escolas públicas de educação básica. O PIBID tem como base legal a Lei n. 9.394/1996, a Lei n. 11.502/2007 e o Decreto n. 7.219/2010. Instituído a partir da Portaria Normativa nº 38, de 12/12/2007, o PIBID surgiu da ação conjunta do Ministério da Educação – MEC, por intermédio da Secretaria de Educação Superior – SESU, da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, (BRASIL, 2007). A Portaria/CAPES n. 260, de 30/12/2010, que definiu inicialmente os objetivos do PIBID foi alterada pela Portaria/CAPES n. 96, de 18/07/2013, que atualizou as normas, regulamentou o PIBID e redefiniu seus objetivos.

O presente artigo objetiva tecer algumas considerações sobre as práticas pedagógicas vivenciadas pelos licenciandos no PIBID dos Institutos Federais do Estado de Minas Gerais refletindo sobre as contribuições do Programa para a formação dos professores, tornando-os capazes de desenvolverem subjetividades que devem ser estimuladas nesse século XXI, traduzindo os modos de ser contemporâneos que exigem desses profissionais o domínio da mídia e da tecnociência.

Reflexões sobre o PIBID enquanto política pública no cotidiano da instituição escolar.

Para subsidiar a redação deste artigo foram consultados os documentos legais que instituíram e regulamentam os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e o

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência. Numa tentativa de contextualizar o PIBID enquanto política pública que fomenta a formação e a profissionalização foi analisado o ato de criação da Diretoria de Educação Básica – DEB, em 2007 e a Lei n. 11.502, de 11/07/2007 que conferiram a Capes as atribuições de “induzir e fomentar a formação inicial e continuada de profissionais da Educação Básica e estimular a valorização do magistério em todos os níveis e modalidades de ensino”. Para cumprir essa atribuição a Capes criou dentre outros programas o PIBID, que estabeleceu uma relação permanente entre Educação Superior e Educação Básica. Com o objetivo de melhorar a educação brasileira, o programa propicia a inovação e a renovação do processo educacional, a formação continuada dos professores, valoriza os atores envolvidos e estimula a comunidade educacional.

Para refletir sobre o cotidiano escolar na contemporaneidade, local onde ocorrem as experiências dos bolsistas pibidianos, foram consultados os trabalhos de Nóvoa (2009), Sibilía (2013), Tardif (2011), Arroyo (2010), Freire(2003) e Morin (2003) que serviram de referencial teórico para as reflexões sobre a participação do PIBID/IF na formação profissional dos professores que precisam atentar para as necessidades de se pensar um novo projeto de escola que estabeleça o que se pretende fazer com as crianças e os jovens contemporâneos.

Segundo Tardif (2011) o saber do professor relaciona-se à sua identidade e a elementos constituintes do seu trabalho e por isso, deve ser compreendido em relação à prática em sala de aula e ao saber plural e temporal. Arroyo (2010) convida-nos a pensar numa estética da docência que perceba o conhecimento em outra lógica e adote uma postura mais sensível diante da vida, responsável, inclusive, por uma mudança de atitudes. Nóvoa (1995) nos faz refletir quanto às experiências vividas no espaço escolar. A bagagem essencial que um professor adquire ocorre na escola, por meio da experiência e da reflexão sobre a experiência. Esta reflexão não surge do nada por uma espécie de geração espontânea. Tem regras e métodos próprios.

Segundo Morin (2003), outro aspecto fundamental refere-se à realidade. Para ele: [...] a realidade não é facilmente legível. Nossa realidade não é outra senão nossa idéia da realidade. Por isso, importa ser realista no sentido complexo: compreender a incerteza do real, saber que há algo possível ainda invisível no real.

Ainda com o propósito de realizar uma reflexão sobre o impacto da política pública: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID nos cursos de licenciatura desenvolvidos pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de

Minas Gerais optou-se por desenvolver uma pesquisa bibliográfica onde as fontes utilizadas ficaram concentradas em documentos legais que embasam a política estudada, textos, artigos e livros que possibilitaram a redação deste artigo. Foi realizado um estudo dos principais documentos legais que instituíram e regulamentam o PIBID e a Lei que institui os Institutos Federais. Dentre outros, foram analisados: Lei n. 11.892, de 29/12/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; Portaria Normativa/CAPES n. 38, de 12/12/2007, que dispõe sobre o Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência; Portaria/CAPES n. 260, de 30/12/2010 modificada pela Portaria/CAPES n. 96, de 18/07/2013, que estabelece o regulamento do PIBID; Decreto n. 7.219, de 24/06/2010, que dispõe sobre o PIBID e dá outras providências. É consenso de que a formação de professores é importante para uma educação de qualidade e o PIBID é uma das políticas públicas do Brasil que deve contribuir para a melhoria dessa formação de profissionais para a educação.

A metodologia utilizada teve como finalidade analisar como o PIBID ocorre na formação inicial e continuada do professor e interfere na incidência do sucesso dos estudantes no âmbito dos Institutos Federais e seus *campi* localizados no Estado de Minas Gerais. Para esse estudo foram coletados dados em relatórios das instituições, da Capes e depoimentos de professores e alunos que participam do PIBID. O PIBID é uma política pública que visa à melhoria da qualidade dos cursos de formação de professores tendo como foco de atuação a educação básica pública. A metodologia utilizada objetivou extrair dos dados coletados sobre o PIBID quais elementos devem estar presentes nesse processo de formação dos profissionais da educação.

O PIBID na construção do projeto educacional para a Rede Federal de Educação Profissional.

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, instituído a partir da Portaria Normativa nº 38, de 12 de dezembro de 2007, busca fomentar a iniciação à docência de estudantes em nível superior, em cursos de licenciatura presencial plena, para atuar na educação básica pública (BRASIL, 2007).

O PIBID, por meio de convênios de cooperação com as redes de educação básica dos municípios e estados, prevê a concessão de bolsas aos estudantes das licenciaturas, contempla os professores das instituições de ensino superior e os das escolas parceiras para atuarem no desenvolvimento de ações planejadas para as diferentes licenciaturas. O Decreto nº 7.219, de

24 de junho de 2010, publicado no Diário Oficial da União, conceitua: I – bolsista estudante de licenciatura: o aluno regularmente matriculado em curso de licenciatura que integra o projeto institucional da instituição de educação superior; II – coordenador institucional: o professor de instituição de educação superior responsável perante a CAPES por garantir e acompanhar o planejamento, a organização e a execução das atividades de iniciação à docência; III – coordenador de área é o professor responsável pelo planejamento das atividades e pelo acompanhamento dos bolsistas em sua área de atuação acadêmica, além de articular o diálogo com as escolas públicas conveniadas; IV – professor supervisor é o docente de educação básica das redes públicas que integra o projeto institucional e acompanha as atividades dos bolsistas de iniciação à docência; e, V – projeto institucional é o projeto submetido à CAPES pela instituição de educação superior interessada em participar do PIBID. (BRASIL, 2010a). A participação dos Institutos Federais no PIBID ocorre em conformidade com os Editais da CAPES para a seleção dos cursos de licenciatura que elaboram projetos de práticas pedagógicas que serão vivenciadas por licenciandos, professores universitários, professores e alunos da educação básica. Esses projetos definem os objetivos e as metas a serem alcançadas, as estratégias de desenvolvimento, os referenciais para seleção dos participantes, as formas de acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas.

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência nos Institutos Federais do Estado de Minas Gerais constitui-se em uma experiência rica capaz de responder aos velhos e novos desafios que permeiam os cursos de licenciaturas no País. Proporciona vivências reflexivas no cotidiano da sala de aula, propicia a produção de conhecimentos sobre a docência para alunos e professores e contempla experiência compartilhada da Formação Inicial e Continuada (FIC) vinculadas ao PIBID.

As experiências proporcionadas pelo PIBID propiciam ainda a configuração de um novo modelo de instituição adaptada às tecnologias próprias da contemporaneidade atendendo e construindo novas identidades que vão surgindo no contexto atual das organizações sociais, culturais e do trabalho. Numa rápida perspectiva faremos algumas considerações sobre esse Programa desenvolvido nos Institutos Federais do Estado de Minas Gerais que abrange desde atividades do cotidiano escolar e vai até a organização de eventos com o objetivo de socializar as experiências vivenciadas no processo de construção do conhecimento. Nos cinco Institutos Federais – Triângulo Mineiro, Minas Gerais, Norte de Minas Gerais, Sudeste e Sul, todos

localizados no Estado de Minas Gerais – pretende-se analisar a riqueza das produções que foram desencadeadas a partir e dentro do PIBID.

Em 2011, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM teve o seu primeiro projeto submetido ao Edital da Capes e aprovado sob a coordenação do Professor Paulo Antônio Cypriano Pereira, com o título “A iniciação à docência no IFTM: inserção, participação e colaboração dos licenciados do IFTM em escolas públicas de Uberaba e Uberlândia”, assegurando o direito a cento e doze bolsas mensais para estudantes das licenciaturas de Ciências Biológicas, Química, Estudos Sociais e Computação dos *campi* de Uberaba e de Uberlândia e dezoito bolsas mensais para supervisores das escolas públicas, todas com a duração de vinte e quatro meses. Durante a realização das atividades foram elaborados diversos materiais didáticos e realizados eventos, oficinas, encontros e reuniões com a finalidade de socializar as experiências vivenciadas. Segundo o coordenador do PIBID no IFTM, o objetivo geral do Programa na Instituição é “proporcionar aos licenciandos bolsistas/PIBID a oportunidade de inserção no cotidiano escolar, como sujeitos com vista à participação em experiências metodológicas, ao desenvolvimento de conteúdos/materiais/recursos, tendo como referência a tecnologia, a iniciação à ciência, a arte e cultura locais, o respeito a cidadania como eixos transversais” (CAPES.PIBID.IFTM, 2015).

No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Norte de Minas Gerais, o PIBID contempla as Licenciaturas de Física e de Matemática. Além das atividades que caracterizam o cotidiano dos alunos nas escolas de educação básica, as equipes responsáveis pelos cursos de licenciatura e inseridas no PIBID criaram o evento “SELFIS” que se encontra em sua segunda edição com trabalhos de pesquisas e relatos de experiência nas seguintes áreas temáticas: processos cognitivos de ensino e aprendizagem em Física; materiais, métodos e estratégias de ensino de Física; seleção, organização do conhecimento e currículo; formação de professores e prática docente; história, política, filosofia e sociologia da Física; alfabetização científica e tecnológica no ensino de Física; divulgação científica e educação não formal; Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC; ciência, cultura e arte. A diversidade dos eixos temáticos contemplados pelo evento traduz o sucesso do Programa por meio do relato das experiências vivenciadas pelos bolsistas e professores participantes do PIBID (CAPES. PIBID. IFNMG, 2015).

Os cursos de Licenciatura em Matemática, Física, Biologia e Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais são contemplados com bolsas do PIBID. Entre as diversas atividades desenvolvidas merece destaque o trabalho

que vem sendo desenvolvido pelo *Campus* de Rio Pomba por meio de um projeto de nivelamento com os alunos dos primeiros anos dos cursos técnicos integrados e para os alunos do ensino fundamental e ensino médio da Escola Estadual Professor “José Borges de Moraes” (CAPES. PIBID. IFSUDESTEMG, 2015).

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais também conta com a participação de todos os seus *campi* no PIBID. Vários eventos demonstram o sucesso, a relevância e a dimensão que alcançou esse Programa na Instituição. Esse ano o *Campus* de São João Evangelista sediará o “IV Encontro do PIBID do IFMG”. A quarta edição do encontro apresentará discussões sobre velhos e novos desafios nas licenciaturas no País, por meio de palestras e mesas redondas, além da realização de oficinas e apresentação de trabalhos em forma de pôsteres ou comunicação oral. O evento tem o objetivo de criar oportunidades de vivências reflexivas e produção de conhecimento sobre a docência para os alunos dos cursos de licenciatura e professores, contemplando experiências compartilhadas da Formação Inicial e Continuada (FIC) vinculadas ao PIBID. O *Campus* de Bambuí realizará o “I Encontro em Educação das Licenciaturas” e o “III Encontro do PIBID do IFTM” com o tema: “Desafios em educar na era da informação”. O encontro terá como objetivo promover a interação entre estudantes e docentes dos cursos de licenciatura para que possam discutir e trocar experiências acerca dos desafios em educar uma geração que vivencia a universalização da informação. O tema será debatido abordando pontos específicos como Permanência e Evasão Escolar, Currículo, Avaliação e Práticas Pedagógicas Alternativas (CAPES. PIBID. IFMG, 2015).

As experiências narradas são pontuais e apenas algumas dentre tantas outras que foram desenvolvidas no âmbito do PIBID dos Institutos Federais do Estado de Minas Gerais. Tais atividades contribuíram, certamente, para a inovação das atividades curriculares nos diferentes cursos de formação de professores participantes do Programa, visto que estimularam novas possibilidades de interlocução entre os diferentes campos de conhecimento científico e o contexto profissional escolar. O diálogo problematizador que permeou as dinâmicas de formação envolvendo encontros, oficinas e eventos realizados nos Institutos Federais e em seus diferentes *campi* e nas escolas públicas de educação básica propiciou o compartilhamento das inúmeras ações educativas desenvolvidas.

Com essa sucinta descrição é possível identificar aspectos positivos nos relatos de situações de sucesso escolar que caracterizam o PIBID dos Institutos Federais e que podem desencadear várias alternativas para rever as licenciaturas transformando-as em oportunidades

de formação inicial e continuada de professores de forma mais efetiva para que possam preparar profissionais mais aptos à situação de trabalho. Analisar as experiências dos pibidianos em seus contatos com o cotidiano escolar possibilita identificar as vivências fundamentais que precisam estar presentes no processo de formação docente inicial e no de formação continuada para os professores que atuam na Educação Básica e para os professores universitários que passam a investigar essa interlocução tão profícua.

Considerações Finais

O que se pretendeu ao realizar esse estudo foi investigar e avaliar como ocorre o PIBID no âmbito das licenciaturas ofertadas pelos Institutos Federais, em Minas Gerais. As situações de sucesso analisadas demonstram a importância do programa nos cursos de licenciatura. De fato, a implantação desse programa colabora para que a escola possa responder aos questionamentos que se apresentam nesse início do século XXI, propiciando a reorganização dos cursos de formação de professores e da própria escola de educação básica. As práticas pedagógicas vivenciadas no PIBID proporcionam a reflexão sobre as alternativas que podem ter um impacto mais significativo sobre o processo de formação inicial e continuada dos professores.

Para Gatti (2014), o PIBID não é apenas um programa de bolsas. É uma proposta de valorização do magistério e de aprimoramento do processo de formação de docentes para a educação básica. Os alunos de licenciatura realizam atividades pedagógicas em escolas públicas de educação básica e contribuem para a integração entre teoria e prática, para a aproximação entre universidades e escolas e para a melhoria de qualidade da educação brasileira.

O desenho construído para o PIBID tece possibilidade de formação inicial para os acadêmicos das licenciaturas e ao mesmo tempo constrói alternativas de formação continuada que favorecem os professores que atuam na educação básica pública e os professores universitários ampliando as suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. O PIBID cria um movimento nas escolas que desacomoda práticas pedagógicas e imprime um ritmo mais dinâmico ao cotidiano escolar. Além disso, favorece o envolvimento da Educação Básica na formação dos futuros professores, uma vez que o saber docente é um saber plural, como indica Tardif (2011), que se compõe de saberes não apenas oriundos da formação profissional e disciplinares, mas também curriculares e experienciais. O valor de toda proposta de

mudança para a prática educativa se comprova na realidade na qual se concretiza em situações reais. É na prática que todo projeto se faz realidade, se manifesta, adquire significação e valor (SACRISTÁN, 2000).

Como coloca MizuKami (2013),

a docência é uma profissão complexa e, tal como as demais profissões, é aprendida. Os processos de aprender a ensinar, de aprender a ser professor e de desenvolver profissionalmente são lentos. Iniciam-se antes do espaço formativo das licenciaturas e prolongam-se por toda a vida, alimentados e transformados por diferentes experiências profissionais e de vida. Assim, por excelência, a escola constitui um local de aprendizagem e de desenvolvimento profissional da docência (MIZUKAMI, 2013, p. 23).

O PIBID constitui-se em um empreendimento profícuo quando favorece o questionamento em relação ao caráter estanque das práticas disciplinares realizadas nos cursos de formação de professores e, quem sabe, para estimular maneiras inovadoras de formar professores nos Institutos Federais. De acordo com Freire (2003), ao apresentar os saberes necessários à prática educativa com vistas à construção de uma “pedagogia da autonomia”, não é possível dissociar o ensino da pesquisa, pois, para esse educador, ensinar exige pesquisa e rigorosidade metódica.

As questões das licenciaturas, todavia, não podem ser tratadas apenas da perspectiva micro contextuais. Faz-se necessário analisar o macro contexto envolvendo as relações de classe, a reprodução da desigualdade social, as relações entre políticas e justiça social e as conexões entre perspectivas macro e micro contextual. É necessário refletir sobre a educação básica como direito social e contextualizar a importância das licenciaturas na formação do profissional responsável pela condução do processo de formação de cidadãos (OLIVEIRA, 2014). A atuação do professor assume um papel fundamental no resgate da qualidade da educação básica no País. Para Puentes (2011), o trabalho docente é abrangente, ganhando uma dimensão macro, enquanto base teórica, mas sendo ao mesmo tempo pontual, pois remete à análise de situações específicas, instrucionais e pedagógicas. É consenso de que a formação de professores é importante para uma educação de qualidade e o PIBID é uma das políticas públicas do Brasil que deve contribuir para a melhoria dessa formação de profissionais da educação.

Urge ressaltar que o PIBID contribui para a construção de um projeto político nacional que assuma e promova os princípios fundadores da escola pública enquanto garantia da aquisição e distribuição equitativa de um bem comum educativo (BARROSO, 2005). Entre esses princípios encontram-se: a universalidade do acesso, a igualdade de oportunidade e a continuidades dos percursos escolares.

Estes princípios obrigam a que a escola seja sábia para educar (permitindo a emancipação do saber), reta para integrar as crianças e os jovens na vida social (por meio da partilha de uma cultura comum) e justa (participando na função social de distribuição de competências) (BARROSO, 2005, p. 732).

É este o grande desafio que se coloca a todos os que continuam a acreditar na necessidade de provermos coletivamente um serviço público que garanta o pleno direito à educação e o acesso a uma cultura comum, para todas as crianças e jovens, em condições de equidade, de igualdade de oportunidades e de justiça social. Neste sentido, a defesa da escola pública precisa desmontar o caráter pretensamente neutro da introdução de uma lógica de mercado na educação, denunciando a sua ética perversa e a sua intencionalidade política. Por outro lado, urge fazer da definição das políticas públicas educativas um processo de construção coletiva do bem comum que à educação cabe oferecer, em condições de igualdade e justiça social, a todos os cidadãos.

É preciso ressaltar que a repolitização da educação, a multiplicação das instâncias e momentos de decisão, a diversificação das formas de associação no interior dos espaços públicos e o envolvimento de um maior número de atores conferem ao sistema educacional uma complexidade crescente. Essa compatibilização só é possível com o reforço das formas democráticas de participação e decisão, o que, nas sociedades contemporâneas, exige cada vez mais uma qualificada e ampla informação, a difusão de instâncias locais e intermediárias de decisão, uma plena inclusão de todos os cidadãos (particularmente dos que até aqui têm sido sistematicamente excluídos). Só assim é possível estabelecer um acordo sobre uma base comum suficientemente generosa, atrativa e plausível que possa unificar os cidadãos no apoio à escola pública enquanto uma necessidade crucial do nosso tempo (BARROSO, 2005).

É preciso cada vez mais discutir o papel do Estado na defesa e promoção da escola pública, coordenando as políticas e as ações públicas em educação. Esse é um papel complexo que exige do Estado muito empenho para compatibilizar o desejável respeito pela diversidade e individualidade dos cidadãos, com a persecução de fins comuns necessários à sobrevivência da sociedade – de que a educação é um instrumento essencial.

Referências

- ARROYO, M.G. *Ofício de mestre: imagens e auto-imagens*. 12.ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- BARROSO, João. *O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas*. Educ. Soc., Campinas, v. 26, n.92, p. 725-751, Especial. Out. 2005.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 dez. 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 dez. 1996.
- _____. Portaria Normativa n. 38, de 12 de dezembro de 2007. Dispõe sobre o Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência - PIBID. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria_Normativa_38_PIBID>. Acesso em: 14/08/2015.
- _____. Lei n. 11.892/08 de 29 de dezembro de 2008. *Diário Oficial da União*, Edição de 30/12/2008. Brasília, 2008.
- _____. Ministério da Educação. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: concepção e diretrizes. *MEC/SETEC*, Brasília, 2008.
- _____. Chamada Pública MEC/SETEC 002/2007. Chamada Pública de Propostas para Constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/chamada_publica_ifet.pdf. Acessado em: 10/01/2015
- _____. Lei n. 11.502 de 11 de julho de 2007. Modifica as competências e a estrutura organizacional da fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11502.htm>. Acesso em: 16 de ago. de 2015
- _____. CAPES. Decreto n. 7.219, de 24 de junho de 2010a. Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - Pibid e dá outras providências. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Decreto7219_Pibid_240610>. Acesso em: 14 de ago. de 2015.
- _____. CAPES. PIBID.IFTM, 2011. Disponível em: http://www.iftm.edu.br/proreitorias/pesquisa/pdf/EDITAL_IFTM_supervisor_pibid_iftm_ajustado_em_03062011%5B1%5D%20PUBLICADO.pdf. Acesso em: 14 de ago. de 2015.

_____. CAPES. PIBID.IFNMG. Disponível em: <http://www.ifnmg.edu.br/pibid>. Acesso em: 14 de ago. de 2015

_____. CAPES. PIBID.IFSUDESTEMG. Disponível em: <http://www.ifsudestemg.edu.br/node/4050>. Acessado em: 14 de ago. de 2015.

_____. CAPES. PIBID.IFSULDEMINAS. Disponível em: https://www.google.com.br/search?q=if+sul+de+minas+pibid&ie=utf-8&oe=utf-8&gws_rd=cr&ei=Xe. Acessado em: 14 de ago. de 2015

_____. CAPES. PIBID.IFMG. Disponível em: <https://sites.google.com/a/ifmg.edu.br/iv-encontro-do-pibid-do-ifmg/>. Acesso em: 14 de ago. de 2015.

_____. CAPES. Portaria n. 260 de 30 de dezembro de 2010. Estabelece as Normas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid). Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria260_Pibid_301210_NomasGerais.pdf. Acesso em: 14 de ago. de 2015.

_____. CAPES. Portaria n. 96 de 18 de julho de 2013. Estabelece o Regulamento do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid). Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria_096_18jul13_AprovaRegulamentoPIBID.pdf. Acesso em: 14 de ago. de 2015.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acessado em: 15/08/2015.

_____. Decreto n. 6095, de 24/04/2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm. Acessado em 11/07/2015.

_____. Mensagem 513/2008, de 23/07/2008. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=405481>. Acessado em: 16/08/2015.

_____. Projeto de Lei n. 3.775, de 23/07/2008. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=405481>. Acessado em: 16/08/2015.

_____, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=233&Itemid=467. Acesso em 17 de ago. de 2015.

FERNANDEZ AQUINO, O.; PUENTES, R. V. *Trabalho didático na universidade: estratégias de formação*. Campinas, SP: Editora Alinea, 2011.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GATTI, B. A. et al. *Um estudo avaliativo do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência*. São Paulo: FCC/SEP, 2014.

MIZUKAMI, M. G. N. *Escola e desenvolvimento profissional da docência*. In: GATTI, B. A. et al. *Por uma política nacional de formação de professores*. São Paulo: Editora Unesp, 2013, p. 23-54.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 8. ed. São Paulo: Cortez ; Brasília, DF: UNESCO, 2003.

NÓVOA, A. *Os professores e sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

_____. *Professores – imagens do futuro presente*. Lisboa: Educa, 2009. Disponível em: <http://www.ete.pb.com.br/arq_news/2012texto_professores_imagens_do_futuro_presente.pdf>. Acessado em: 15 de ago.de 2015.

OCDE. *Teachers Matter – Attracting, developing and retaining effective teachers*. Paris: OCDE, 2005.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. *A política educacional brasileira: entre a eficiência e a inclusão democrática*. Educação e Filosofia. Uberlândia, v.28, n. especial, p. 225-243, 2014. ISSN 0102-6801.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de, SANTANA, Wagner (Orgs.). *Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade*. OCDE Brasília: UNESCO, 2010.

SIBILIA, Paula. *Redes ou Paredes: a escola em tempos de dispersão*. São Paulo: Contraponto, 2013.

SACRISTÁN, J. G. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. Trad. Ernani F. da Fonseca Rosa. 3 ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

TARDIF, M.; LESSARD, C. *O trabalho docente: Elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas*. Tradução de João Batista Kreuch. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

RECEBIDO EM: 04/03/2016

APROVADO PARA PUBLICAÇÃO EM: 29/06/2016